

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 20/12/2019	Página: 02

Tribuna

Policialesco

Ao contrário do que o presidente Bolsonaro afirma, cada vez mais o Fisco “estrangula” os empresários na ânsia de cobrar impostos. Agora, se a inconstitucionalidade não for reconhecida, deixar de pagar o ICMS declarado dá cadeia. Ora, desde quando criado em 1996, se declarado (ou seja, não havendo sonegação) o fato do contribuinte não poder pagá-lo, sempre foi tratado como inadimplência. Isto gera autuação, multa e juros. Mandar prender quem diz que deve, mas não pode pagar, é injusto e desestimulante. A perdurar o entendimento do STF, ficará fortalecida a sociedade policialesca que alguns tentam implantar no Brasil.

Veículo: Bahia Já	
Data: 20/12/2019	Coluna: Economia



Tasso Franco - Diretor de Redação

ECONOMIA

Apenas 103 municípios baianos terão participação maior no ICMS de 2020

Os outros 314 irão ter redução em suas cotas de participação na arrecadação do imposto

Paixão Barbosa, Salvador | 19/12/2019 às 10:41

A comprovar a existência de uma crise na economia nacional, apenas 103 municípios, dos 417 situados em território baiano, vão ser beneficiados, em 2020, com um aumento de participação na arrecadação proveniente do rateio de 25% do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) enquanto os outros 314 irão ter redução em suas cotas de participação na arrecadação naquele imposto, em relação a 2019. Os dados constam de processo de auditoria, cuja Resolução foi aprovada, na terça-feira (17.12), pelos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), sobre a base de dados usada pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz) para o cálculo do Índice de Valor Adicionado (IVA) dos municípios, que compreende informações contidas em diversos documentos econômico-fiscais.

Os destaques entre os municípios que registraram variação positiva no Índice de Participação dos Municípios (IPM) de 2020, e relação ao de 2019, destacam-se Mulungu do Morro (Região de Irecê), com 242,13%, e Maracás (Região Centro Sul), com 117,94%, enquanto as maiores variações negativas ficaram com duas localidades da Região Metropolitana de Salvador, Dias D'Ávila (menos 35,74%) e Madre de Deus (31,49%). Com relação aos municípios com variação positiva, 64,08% terão aumento de participação na arrecadação igual ou menor a 5%, enquanto 20,39% ficarão com aumento superior a 10%. Do lado com variação negativa, 64,01% terão redução menor ou igual a 5%, enquanto 13,06% registrarão queda superior a 10%.

O presidente do TCE/BA, conselheiro Gildásio Penedo Filho, elogiou o trabalho realizado pela 3ª Coordenadoria de Controle Externo (CCE) na análise dos números apresentados pela Sefaz e destacou que este é um dos trabalhos mais importantes realizados anualmente pela Corte de Contas, pelo impacto na economia dos 417 municípios da Bahia, “especialmente quando se sabe que a grande maioria dos municípios depende diretamente do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do ICMS”.

O TCE/BA é um dos poucos tribunais de contas do Brasil a desempenhar essa tarefa, atestando a fidelidade dos dados divulgados. Na maioria das unidades da Federação, a realização e definição dos cálculos ficam sob a responsabilidade apenas das secretarias estaduais da Fazenda, o que deixa a receita dos municípios à mercê das questões políticas. Para saber a posição de todos os municípios, é preciso acessar o portal do TCE/BA no seguinte endereço: <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/apenas-103-municipios-baianos-terao-participacao-maior-no-icms-de-2020>

Tribuna

Brasil cria mais de 99 mil vagas com carteira assinada em novembro

Eduardo Rodrigues, O
Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Puxado pelo bom desempenho dos setores de comércio e serviços, o mercado de trabalho brasileiro criou 99.232 empregos com carteira assinada em novembro, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados na tarde desta quinta-feira, 19, pelo Ministério da Economia. Esse foi o oitavo mês consecutivo de abertura de vagas formais e o melhor resultado para novembro desde 2010, quando foram abertas 138.247 posto de trabalho.

O saldo de novembro

decorre de 1,291 milhão de admissões e 1,192 milhão de demissões. Em novembro do ano passado, houve abertura líquida de 58.664 vagas, na série sem ajustes.

O resultado de novembro ficou bem acima do intervalo das estimativas de analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções eram de abertura de 30.471 a vagas a criação de 67.800 vagas, com mediana positiva de 49.000 postos de trabalho.

No acumulado de janeiro a novembro de 2019, o saldo do Caged foi positivo em 948.344 vagas, o melhor desempenho para o período desde 2013, quando a abertura de vagas chegou a 1,546 milhão, na série com ajustes. Em 12 meses até no-

vembro, houve abertura de 605.919 postos de trabalho.

SETORES

O resultado do mês foi puxado pelo comércio, que gerou 106.834 postos formais, seguido pelo setor de serviços, que abriu 44.287 vagas de trabalho. Já os serviços industriais de utilidade pública abriram 419 vagas em novembro.

O desempenho de comércio e serviços foi mais que suficiente para compensar o fechamento de vagas em praticamente todos os outros setores no mês. A indústria fechou 24.815 vagas, seguida por agropecuária (-19.161), construção civil (-7.390), administração pública (-652) e extração mineral (-290).

A TARDE

O jornal de toda Bahia

PEC DA PREVIDÊNCIA Mas a Saeb ainda não faz previsão de quando começará a redução do déficit

Governo espera economia de R\$ 800 milhões/ano com reforma

BRUNO LUIZ

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que muda o regime de previdência dos servidores estaduais da Bahia, encaminhada à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) pelo governador Rui Costa (PT), deverá gerar economia anual de R\$ 800 milhões aos cofres públicos. A estimativa foi repassada ao A TARDE pela Secretaria de Administração do Estado (Saeb). A pasta não soube informar, entretanto, a partir de quando a redução na despesa vai começar a diminuir o déficit previdenciário.

Documento elaborado pela Secretaria de Planejamento (Seplan) em dezembro de 2017, obtido pela reportagem de A TARDE, mostra que, neste ano, o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Funprev) deveria ter em caixa R\$ 9 bilhões para quitar de uma só vez o estoque de benefícios existente.

Esse valor seria necessário para alcançar o chamado equilíbrio atuarial, que consiste em ter garantido o montante suficiente para fazer o pagamento de aposentados e pensionistas, além de garantir a sustentabilidade financeira do fundo. Essas projeções costumam ser feitas para um período de 75 anos. O documen-

**Segundo presidente da Alba, Nelson Leal, projeto pode ser votado em 21 de janeiro**

to da Seplan indica que o valor para assegurar esse equilíbrio deve subir até 2036, quando passaria a apresentar trajetória de queda. Como a PEC não traz um novo estudo atuarial, não se sabe se esta tendência seria antecipada.

Só para este ano, a Saeb prevê rombo de R\$ 4,8 bilhões na Previdência.

Votação

Segundo o presidente da Alba, Nelson Leal (PP), a expectativa

é que o projeto seja votado em plenário no dia 21 de janeiro, em primeiro turno, e depois no dia 28, em segundo turno. O calendário, entretanto, ainda vai ser definido, já que o Legislativo está em recesso e, pelo regimento interno, só voltaria aos trabalhos em 3 de fevereiro. Caso a tramitação da proposta seja acelerada, ela pode ser apreciada em plenário já no dia 14, com conclusão em 21 de janeiro, em segundo turno. Informações

que correm nos bastidores apontam que o governador Rui Costa não terá dificuldade para ver a PEC aprovada.

Um acordo selado entre ele e o prefeito ACM Neto (DEM), confirmado por A TARDE com fontes da oposição, garantiu que o demista vai convencer a oposição a não atrasar a votação da matéria. Por outro lado, o petista se comprometeu a fazer o mesmo com seu grupo quando uma eventual reforma da Previdência mu-

nicipal tramitar na Câmara de Vereadores de Salvador.

Um projeto de lei que muda regras previdenciárias dos policiais militares deve correr junto à PEC. A expectativa é que o governo encaminhe a proposta à Casa nos próximos dias.

Sindicatos

Sindicatos marcaram reunião para a manhã de hoje, na sede da APLB-Sindicato, em Salvador, para discutir os termos da PEC. Diretor jurídico do Sindsefaz e coordenador da Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia (Fetrab), Joaquim Amaral critica a rapidez na tramitação do texto. Ele ainda alerta para o risco de o texto provocar prejuízos ao serviço público. "A consequência imediata desse agridamento seria uma precipitação das aposentadorias, o que pode provocar um colapso no serviço público, porque não daria para repor as pessoas", indica.

Líder do governo na Alba, Rosemberg Pinto (PT) diz que não vai faltar debate com as categorias. "Quero votar dia 28. Temos 38 dias para debater o texto. Ninguém vai dizer que não teve tempo para debater a questão", afirma o parlamentar, ao dizer que já tem agendas marcadas com diversos segmentos para tratar do assunto.

Shirley Stolze / Ag. A TARDE/ 15.08.2019

FOLHA DE S.PAULO

Presidente volta a falar em CPMF, mas Maia diz que Câmara não aprova

'Imposto sobre movimentação financeira, com o nome que se queira dar, é não, pode dar o nome que você quiser', afirma deputado

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro voltou a afirmar que o retorno da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) é uma opção avaliada, mas ressaltou que o imposto está demonizado.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por sua vez, disse que nenhum imposto sobre movimentação financeira irá prosperar na Casa.

"Sobre CPMF, todas as cartas estão na mesa, mas é um imposto que está demonizado", disse Bolsonaro nesta quinta-feira (19), ao deixar o Palácio do Alvorada.

Na quarta-feira (18), o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a equipe econômica estuda incluir na reforma tributária um imposto sobre transações financeiras em meios digitais.

Segundo o ministro, porém, o novo tributo não seria igual à extinta CPMF, que foi anteriormente barrada pelo presidente. A proposta estudada inicialmente previa um imposto sobre pagamentos

mais abrangente.

Em café da manhã com jornalistas na residência oficial da presidência da Câmara, Maia afirmou que mesmo o imposto sobre transações financeiras em meios digitais não será aprovado na Casa.

"A resposta da Câmara vai ser não", afirmou. "Imposto sobre movimentação financeira, com o nome que se queira dar, é não. Pode dar o nome que você quiser, apelido", acrescentou.

O cardápio de medidas em estudo pela equipe econômica para tentar compensar a desoneração da folha de pagamentos não deve, na avaliação de técnicos do governo federal, ser suficiente para bancar uma desoneração completa — incentivo para baratear o custo da mão de obra no país.

A fonte para os recursos é o principal desafio do governo para atender a vontade de Guedes, de retirar os encargos das empresas.

Hoje, o empregador paga 20% sobre a folha de salários como forma de contribuição para as aposentadorias

dos trabalhadores.

"Já falei com eles [equipe econômica] que não passa. O que digo a eles é que o DEM está nisso desde 2007, quando foi derrubada a CPMF [no governo Luiz Inácio Lula da Silva]", afirmou.

"Não posso ter ficado contra a CPMF no governo do PT e no governo em que a agenda econômica é mais convergente com a que eu penso, defender a CPMF, seria uma incoerência", disse.

Maia afirmou ainda que a reforma tributária deve trazer alguma outra solução para a desoneração da folha, argumento usado pelo governo para afirmar que é necessária a criação do novo imposto.

No entanto, o presidente da Câmara não detalhou o que seria esse caminho. "Deixa o pessoal da comissão trabalhar", afirmou Maia.

Segundo ele, a previsão é que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma tributária seja aprovada ainda no primeiro semestre de

2020 na Câmara.

Além da tributária, Maia também desenhou um calendário de votações prioritárias do Congresso para 2020.

Por ser ano eleitoral, as votações devem se concentrar apenas no primeiro semestre — a partir de agosto, as atenções dos congressistas ficarão voltadas para o pleito municipal.

Maia disse que tem intenção de pautar no início do ano o projeto de recuperação judicial e a autonomia do Banco Central.

Ele afirmou ainda que deve pautar o projeto de PPPs (parcerias público-privadas) em concessões e o projeto de ampliação do Bolsa Família capitaneado pela deputada Tabata Amaral (PDT-SP).

O presidente da Câmara defendeu ainda a necessidade de uma reforma administrativa. "Tem que ter objetivo, melhorar a qualidade do serviço e estimular o servidor público a trabalhar com um mínimo de meritocracia", disse. Sobre privatizações, Maia afirmou que o projeto de capitalização da Eletrobras enfrenta resis-

+
ARRECADADAÇÃO FEDERAL TEM MELHOR RESULTADO PARA NOVEMBRO EM CINCO ANOS

A arrecadação do governo apresentou alta de 1,48% acima da inflação em novembro, na comparação com o mesmo período de 2018. As receitas federais somaram R\$ 125,2 bilhões no mês. O resultado é o melhor registrado em cinco anos. De acordo com o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

da Receita, Claudemir Malaquias, a arrecadação se aproxima do patamar registrado em 2014, no período pré-crise. Os maiores saltos de arrecadação foram observados no imposto de Renda, no IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

tência do Senado e, portanto, não deve nem chegar à Câmara no próximo ano. **Gustavo Uribe, Angela Boldrini, Danielle Brant e Daniel Carvalho**

BC prevê ampliar formas de pagamento que Guedes quer taxar

BRASÍLIA O uso dos meios de pagamento digitais deve se expandir no Brasil com as medidas incentivadas pelo Banco Central voltadas ao desenvolvimento do pagamento instantâneo e do chamado open banking, o que levaria a uma base ampla de tributação caso o governo mantenha a ideia de taxar essas transações.

Em entrevista para tratar do último relatório de inflação do ano, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi questionado sobre as declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, de criar um tributo sobre as transações digitais.

Campos Neto disse que as iniciativas de autarquia devem aumentar a base de operações eletrônicas no país nos próximos anos.

"Entendo que [as declarações do ministro] sejam uma menção ao pagamento instantâneo, que é basicamente um sistema em que estamos trabalhando, já está em progresso em muitos países, que é basicamente permitir que todo o mundo faça pagamento para todo o mundo 24 horas por dia e sete dias por semana", disse.

"A base vai ser muito maior. Vamos ter muito mais pessoas no sistema, que vai ser instantâneo, interoperável e moderno. Deve aumentar muito o volume de transações", disse, após ser questionado sobre o potencial de tributação.

A implementação do sistema de pagamentos instantâneos no Brasil está prevista pelo BC para novembro de 2020. As transferências ocorrem diretamente da conta do usuário pagador para a conta do usuário receptor, sem a necessidade de intermediários, o que reduz custos de transação. **Fábio Pupo e Danielle Brant**

FOLHA DE S.PAULO

Supremo forma maioria para suspender MP de Bolsonaro que extingue o DPVAT

Ministros atendem a argumento de que fim do seguro dependeria de projeto de lei complementar

Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria na noite desta quinta (19), em sessão virtual do plenário, para suspender a medida provisória de Jair Bolsonaro que extingue o DPVAT, seguro obrigatório de veículos.

O relator da ação, o ministro Edson Fachin, atendeu pedido da Rede e foi seguido por cinco colegas até as 22h30: Alexandre de Moraes, Marco Aurélio Mello, Rosa Weber, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes rejeitaram o pedido de suspensão. Luís Roberto Barroso se declarou suspeito.

Até a conclusão desta edição, faltavam votar Cármen Lúcia e Celso de Mello. A sessão terminaria à 0h desta sexta (20).

Bolsonaro editou a MP em 11 de novembro. A justificativa para o fim do seguro foram os altos índices de fraudes e os elevados custos operacionais. O DPVAT foi criado em 1974.

Em dez anos, o seguro foi responsável pela indenização de mais de 4,5 milhões de acidentados no trânsito brasileiro (485 mil desses casos foram fatais). Além de indenizações por mortes, o seguro também cobre gastos hospitalares e sequelas permanentes.

Nos casos de morte, o valor da indenização é de R\$ 13,500.

De invalidez permanente, de R\$ 135 a R\$ 13.500. Já para os casos de reembolso de despesas médicas e suplementares, o teto é de R\$ 2.700 por acidente.

A Rede argumentou que a extinção apenas poderia ser feita via projeto de lei complementar, e não MP.

Fachin escreveu que a medida provisória "atenta contra a cláusula de reserva de lei complementar prevista constitucionalmente" ao concordar com os argumentos da Rede, que pediu a inconstitucionalidade da extinção.

"Há, ao menos do que se tem do atual quadro processual, plena plausibilidade na alegação de inconstitucionalidade deduzida pela inicial [petição do partido]", afirmou o ministro.

Bolsonaro também havia extinguido o DPEM, seguro voltado a danos pessoais causados por embarcações. A decisão atinge todas as modalidades de seguros.

"Como se depreende do texto constitucional, é necessária lei complementar para dispor sobre os aspectos regulatórios do sistema financeiro nacional", afirmou Fachin.

Só em 2018 foram identificados 12 mil fraudes ao seguro. O custo total do seguro é de R\$ 8,9 bilhões.

O governo estima que seriam necessários R\$ 4,2 bilhões para

cobrir os valores pagos às vítimas. Outros R\$ 4,7 bilhões seriam referentes à administração e fiscalização do recurso.

O fim do DPVAT afetaria o presidente nacional do PSL, Luciano Bivar, que é desafeto de Bolsonaro.

Bivar é acionista e foi diretor-presidente da Companhia Excelsior de Seguros, que tem 1% das ações da Seguradora Líder, que gerencia os recursos e administra o DPVAT.

Segundo balanço da seguradora de Bivar, em 2017, a empresa obteve de receita R\$ 5,2 milhões oriundos do Dpvat (parte do recurso foi gasto com a própria administração do seguro dentro da empresa).

Veículo: Globo.com	Online
Data: 20/12/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Emprego formal tem melhor resultado desde 2010

Geração de postos formais foi a maior em 9 anos para o mês, puxada pelo comércio

Com a criação de 99.232 empregos de carteira assinada, o país teve o melhor novembro desde 2010, segundo dados do Cadastro Geral de Empregado se Desempregado (Caged). Foram 948.344 novas vagas entre janeiro e novembro. O Rio ficou em 2º lugar entre os estados que mais contrataram no mês passado.

Impulsionado pelas vendas no comércio neste fim de ano, o mercado de trabalho registrou em novembro geração de 99.232 empregos com carteira assinada, o melhor resultado para o mês dos últimos nove anos. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem, consideram o saldo entre admissões e demissões e reforçam a retomada da economia. Entre janeiro e novembro, foram abertas 948.344 vagas formais, desempenho não registrado desde 2013, antes da recessão econômica, quando a criação de postos superou 1,5 milhão.

Os dados mostram também que o Estado do Rio de Janeiro surpreendeu e ficou em segundo lugar entre os estados que mais contrataram, atrás de São Paulo. Como em dezembro tradicionalmente as demissões superam as admissões por causa das rescisões dos contratos temporários, o dado consolidado do Caged em 2019 deverá ficar entre 600 mil e 700 mil postos criados, segundo projeções do governo e de analistas. Em 2018, foram criados 540.974 empregos.

Para especialistas, os efeitos do aquecimento econômico começaram a chegar no mercado de trabalho, que tradicionalmente reage mais lentamente. Os saques do FGTS, a queda nas taxas de juros e o maior acesso ao crédito foram fundamentais nesse processo, diz a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Maria Andreia Parente:

— A retomada da atividade está começando a abrir espaço forte nos empregos.

INDÚSTRIA FECHA VAGAS

Ao comentar o resultado do Caged, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, disse esperar aumento de 20% sobre o resultado obtido em 2018 —o que totalizaria 649 mil empregos.

“Foram criados de janeiro a novembro 948.344 empregos com carteira assinada. Em dezembro, pela sazonalidade, as demissões costumam superar as contratações. Mesmo assim, estimamos que o resultado de 2019 será de pelo menos 20% maior que o do ano passado”, disse Marinho, em uma rede social.

O professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) João Saboia também aposta que a criação de empregos este ano ficará entre 600 mil e 700 mil. O dado do ano será divulgado em janeiro. A expectativa é que 2020 traga mais oportunidades para os trabalhadores.

—O resultado de novembro foi muito bom, acima das expectativas —destacou Saboia.

Sem considerar a sazonalidade do fim do ano, o presidente Jair Bolsonaro comemorou o resultado e destacou a recuperação de quase 10% das vagas fechadas:

— O Caged, em novembro, registrou um saldo positivo de 99 mil novos empregos, o melhor resultado desde novembro de 2010. E, de janeiro a novembro deste ano, estamos com 950 mil

novos empregos —disse Bolsonaro o, em transmissão ao vivo numa rede social.—Como falta ainda o mês de dezembro, nós devemos bater um milhão de novos empregos no Brasil, estancando o desemprego. Ainda vamos continuar com 12 milhões de desempregados, é muita gente, mas recuperamos quase 10% das vagas no Brasil.

Os empregos com carteira assinada em novembro foram puxados pelo comércio, que respondeu por um saldo de 106.834 contratações, sobretudo no segmento varejista. O setor de serviços também apresentou resultado positivo, de 44.287 postos.

— A geração de postos de trabalho em novembro foi bem concentrada em comércio e serviços, como era de se esperar neste período do ano. Mostra que a economia está realmente acelerando no fim de ano — reforçou o especialista José Márcio Camargo.

Outros setores ainda não reagiram. A indústria fechou 24.815 postos; o setor da agropecuária registrou saldo negativo de 19.161 empregos; e a construção civil encerrou 7.390 vagas.

Contudo, esses resultados já são esperados por questões sazonais.

O auge de contratações na indústria, por exemplo, ocorre em setembro. A agropecuária atravessa período de entressafra. O Centro-Oeste, que se destaca na produção agrícola, foi a única região a apresentar saldo negativo no emprego no mês passado.

Sobre as modalidades trazidas pela reforma trabalhista, o Caged mostrou que os contratos intermitentes — aqueles por alguns dias da semana ou ainda por algumas horas —geraram em novembro saldo positivo de 11.354 empregos, quase o dobro dos 6.087 registrados em outubro.

Arrecadação em novembro tem melhor resultado para o mês desde 2014

Receita com tributos federais cresceu 1,48% em relação ao mesmo mês do ano passado, descontada a inflação

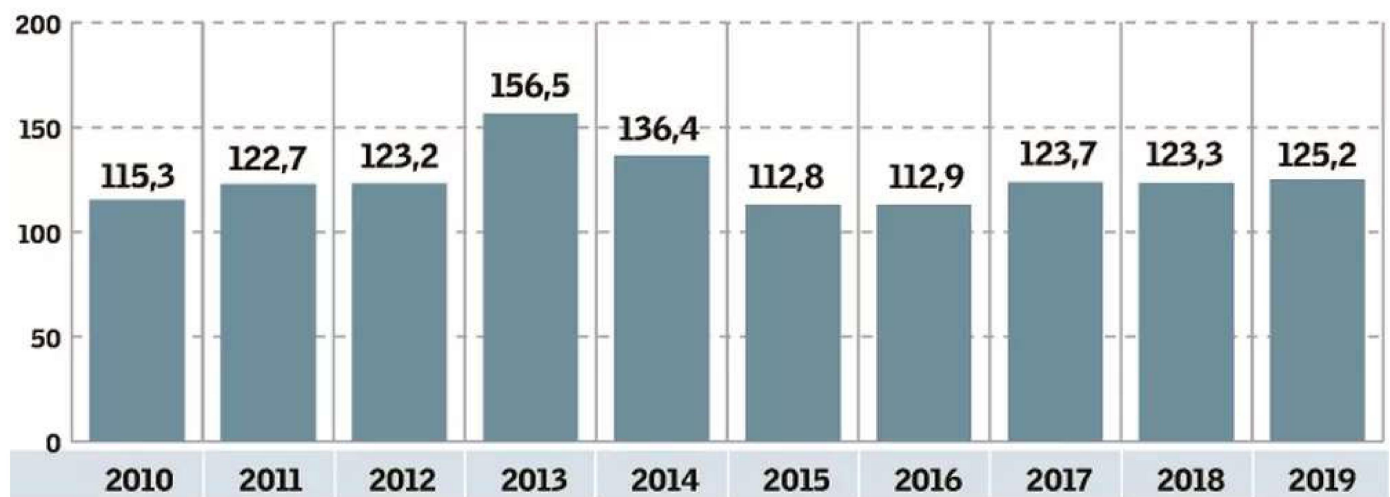
Por Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro — De Brasília

20/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

Recuperação

Arrecadação tem melhor novembro desde 2014

■ Arrecadação das receitas federais em novembro, em R\$ bi*

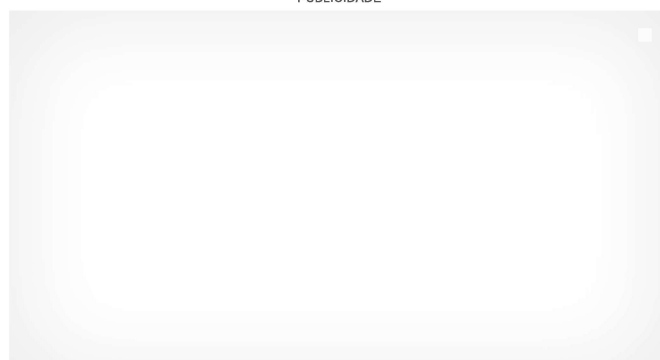


Fonte: Receita Federal. *a preços de novembro de 2019

A arrecadação de tributos federais alcançou R\$ 125,161 bilhões em novembro, alta real (descontada a inflação) de 1,48% sobre igual mês em 2018 e o melhor resultado desde 2014, quando começou o mais recente ciclo de recessão. "Estamos voltando ao período pré-crise", afirmou ontem o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

A expectativa é terminar o ano com alta real de 1,5% a 2% nas receitas administradas, que dizem respeito apenas a impostos e contribuições federais. Não estão nesse cálculo os recursos arrecadados no leilão de excedentes de áreas do pré-sal.

PUBLICIDADE



O resultado, disse ele, reflete o comportamento da economia, cujos indicadores apontam para a retomada da atividade. Foi influenciado também pelo recolhimento atípico de R\$ 1,050 bilhão em Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), cobrados em operações de venda de participações societárias.

Neste ano, foram recolhidos R\$ 23,929 bilhões em receitas não recorrentes, ou seja, que não se repetem mais. Elas influenciaram no resultado acumulado de R\$ 1,390 trilhão até novembro. Mas, independentemente de seu recolhimento, a arrecadação mostra uma trajetória de recuperação, segundo Malaquias. Excluindo as receitas não recorrentes, o crescimento real nos 11 primeiros meses do ano chega a 1,56%, acima do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Outros itens da arrecadação refletem melhora do cenário econômico. No acumulado do ano, as receitas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) estão 12,18% maiores, em termos reais, do que o registrado de janeiro a novembro de 2018.

Segundo Malaquias, o dado reflete expectativas melhores de lucratividade das empresas. Os recolhimentos desses dois tributos por estimativa aumentaram 14,88% neste ano. O Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) sobre rendimentos do trabalho aumentou 4,75%, refletindo uma modesta melhora no emprego e na renda.

Ainda no acumulado, outro sinal de maior vigor na economia é o aumento de 8,44% nas receitas com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O dado reflete um aumento nas contratações de empréstimos. Na comparação de novembro com igual mês de 2018, houve crescimento de 31,36% no recolhimento do IRPF sobre ganhos de capital.

Esse aumento é concentrado em operações na bolsa, segundo Malaquias. Trata-se de um fenômeno observado desde meados do ano, em que a queda na taxa de juros tem estimulado pessoas a buscarem alternativas mais rentáveis para suas aplicações financeiras.

As compensações tributárias, que envolvem a utilização de créditos para pagar impostos e contribuições devidos, alcançaram R\$ 9,548 bilhões em novembro, mantendo o mesmo patamar observado desde julho. Já as desonerações somaram R\$ 7,861 bilhões no mês de novembro e R\$ 87,181 bilhões no acumulado do ano. O governo prepara uma ampla revisão das renúncias tributárias. A ideia constante na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo é cortar os gastos tributários pela metade no prazo de dez anos. A maior renúncia é a do Simples e do microempreendedor individual (MEI), que representou R\$ 1,230 bilhão em novembro. Em seguida, vem a cesta básica, com R\$ 989 bilhões no mês.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Eleita a melhor TV do mercado
LG

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Somos solidários. Somos voluntários.
GOVERNO DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Médico brasileiro: Sonoência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

A casa de The Rock é diferente do que você estava esperando
FINANCE BLVD

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

'Brasil precisa brigar menos e investir mais em educação', diz Lemann

VALOR INVESTE

Contribuinte quer restringir decisão do STF sobre ICMS

Embargos de declaração devem ser apresentados ao Supremo

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

20/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas



Igor Mauler Santiago: mudança de jurisprudência justifica pedido de modulação — Foto: Sílvia Costanti/Valor

entendimento tenha validade somente a partir da data do julgamento.

Se esse pedido for aceito pelos ministros, os atos praticados até a última quarta-feira, quando o julgamento foi concluído no STF, não poderão ser considerados crime. Configurariam mero inadimplemento fiscal - como vinha sendo compreendido até então.



O tributarista Igor Mauler Santiago, sócio do Mauler Advogados, representa um dos comerciantes no RHC 163334. Ele diz que ainda é preciso aguardar a publicação do acórdão para definir exatamente o que será objeto de recurso. Mas, acrescenta, já há pelo menos duas questões “bastante amadurecidas”.

Uma delas é a modulação dos efeitos da decisão (para que o entendimento seja aplicado só para o futuro) e a outra trata do caso específico do empresário que ele representa. Santiago diz que há divergência entre o caso e a tese que foi firmada pelos ministros - que prevê a demonstração de dolo (intenção) e comportamento reiterado do devedor para configuração do crime. “Isso não ocorreu e a discussão sequer foi abordada. Na denúncia não consta que eles tinham condições de pagar e não pagaram”, diz.

Os ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio trataram dessa questão durante o julgamento. “Ali se tinha um registro de seis meses [de ICMS declarado e não pago] no valor de R\$ 30 mil, longe de ser um caso seja de contumácia seja de prática fraudulenta”, afirmou, na última quarta-feira, Mendes.

Já o relator, ministro Luís Roberto Barroso, rebateu enfatizando que a denúncia revelava “muitos meses de não pagamento”, além “de três adesões a programas de parcelamento da dívida que não foram não cumpridos”. Ainda assim, segundo ele, a Corte “não está dizendo que houve contumácia” no caso. “Estamos dizendo que a ação pode prosseguir para o juiz auferir se houve ou não”, afirmou.

O pedido de modulação dos efeitos, no entanto, é o que já está sendo considerado no meio jurídico como a “grande discussão” sobre esse tema a partir de agora. Igor Mauler Santiago entende que existe a possibilidade porque os ministros estão mudando a jurisprudência da Corte.

Ele cita uma decisão do ano de 1971, proferida no RHC 67688, que tratava sobre a possibilidade de o não pagamento de IPI ser considerado crime de apropriação indébita. “Naquela época existia um decreto-lei afirmando que se tratava de crime e o STF decidiu contra e com argumentação exatamente oposta da que está sendo usada agora com o ICMS”, diz Mauler Santiago.

O advogado cita ainda julgamentos de casos tributários, em que os ministros compreendem o ICMS de forma diferente da que foi definida agora. Antes, ele diz, o imposto era tratado como uma dívida própria do contribuinte e agora a premissa é a de que o empresário é mero repassador do imposto pago pelo consumidor.

Especialista em direito tributário, Luiz Gustavo Bichara, que atuou pelo Conselho Federal da OAB como amicus curiae (parte interessada) no caso julgado pelo STF, entende como “sadia” a modulação dos efeitos da decisão. “Em tese nós passamos a criminalizar uma conduta que até quarta-feira não constituía crime. Então, até em função do atendimento ao princípio da não surpresa, a modulação é bem razoável”, afirma.

A modulação já havia sido solicitada na tribuna do STF pelo defensor público Thiago Campos, de Santa Catarina, que representou um dos comerciantes envolvidos no caso. Os ministros, no entanto, não trataram disso no julgamento. Há um entendimento na Corte de que os pedidos de modulação devem ser analisados nos embargos e não com o mérito.



Por Claudia Safatle

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter especial da "Folha", diretora do "JB" e assessora do Banco Central. É diretora-adjunta de redação

É preciso persistir no ajuste e nas reformas

Mudanças iniciadas com reforma da Previdência estão no centro da recuperação da economia

20/12/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

A área econômica do governo encerra 2019 com uma euforia moderada. "Foi um ano difícil, duro, mas extraordinariamente produtivo", avaliou o ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem, para o próximo exercício, um prognóstico: o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) será o dobro do deste ano. Isso vai significar algo próximo a 2,5%, no mínimo, enfatizou. Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica, está confiante de que o desempenho da atividade atingirá 3%.

Nada disso, porém, é um desempenho líquido e certo. Sachsida ressaltou a necessidade de persistência. O Relatório Trimestral de Inflação, divulgado ontem pelo Banco Central, salientou que é preciso ter perseverança na política fiscal e nas reformas que fizeram toda a diferença ao longo deste ano e que estão no centro da recuperação da economia.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Crescimento, em 2020, pode chegar a 3%, diz Sachsida

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, os indicadores da economia começaram a apresentar melhoras logo após a aprovação da reforma da Previdência. Ali, na visão de Guedes, se consolidou uma coalizão de centro-direita que faz da Câmara dos Deputados e do Senado duas casas reformistas. Foi ali também que as taxas de juros mais longas começaram a ceder.

A reforma da Previdência acabou sendo bastante equilibrada, avaliou o ministro da Economia. Ela vai representar uma economia, nos próximos dez anos, de R\$ 800 bilhões que se somam a uns R\$ 200 bilhões de combate a fraudes e mais algo entre R\$ 350 bilhões a R\$ 440 bilhões de economia nos Estados e municípios, como fruto da aprovação da PEC paralela.

A segunda maior despesa pública, depois da Previdência, é com o pagamento de juros da dívida pública. Com a queda da taxa Selic, Guedes disse que o Banco Central estima que haverá uma economia de R\$ 106 bilhões em 2020.

O terceiro grande gasto é com a folha de salários. A PEC Emergencial interrompe promoções e aumentos de salários dos servidores.

realista da situação, relatou o ministro da Economia.

Não se contava, àquela altura, com R\$ 100 bilhões em receita de privatização e com R\$ 126 bilhões de devolução antecipada do BNDES ao Tesouro Nacional. Essas foram algumas das receitas extraordinárias que abateram parte da dívida bruta do setor público.

O ano de 2019 começou, também, com uma projeção de déficit primário de R\$ 139 bilhões. Agora, as estimativas do Tesouro Nacional indicam que o déficit deverá se situar bem abaixo desse valor, algo entre R\$ 60 bilhões e R\$ 80 bilhões. Receitas do pré-sal e o tardio descontingenciamento de verbas orçamentárias, que os ministérios não conseguirão gastar, são algumas das ajudas recebidas neste ano para a diminuição do rombo fiscal.

“Chegamos com uma concepção e algumas hipóteses de trabalho, a primeira era a de que o presidente Jair Bolsonaro apoiaria o nosso plano e ele nos deu escudo institucional para avançarmos. Haveria uma coalizão de centro-direita para implementar as reformas.

O Congresso abraçou as reformas. E quero agradecer porque a mídia também abraçou a agenda de reformas”, disse Guedes.

O resultado é que “este será o melhor Natal dos últimos cinco anos e o menor déficit primário dos últimos cinco anos”, citou o ministro.

Há, no entanto, muito a se fazer ainda, sendo que a próxima reforma da agenda é a tributária, para a qual o ministro construiu um acordo com os presidentes da Câmara e do Senado para avançar na tramitação de uma proposta.

“Queremos mais competição”, apontou Guedes. Em uma economia oligopolizada e fechada, ele costuma dizer que “somos 200 milhões de trouxas e seis bancos, seis transportadoras, seis empresas de cabotagem. É tudo seis aqui. Todo mundo fica bilionário explorando o consumidor brasileiro. O cara já tem a vantagem de ter sido bem nascido, ainda pega dinheiro subsidiado, bolsa empresário e mantém a economia fechada para vender bem caro para o trabalhador brasileiro”.

Para os bancos, o negócio também é “competição”. para derrubar “esse spread absurdo”. A taxa Selic é de 4,5% ao ano e tem gente tomando crédito a 110% e 115% a longo prazo, disse o ministro da Economia.

O que é uma fragilidade do país - cerca de metade da dívida pública vence em 12 meses - em um cenário em que os juros caíram muito rápido acabou favorecendo as contas. Com a Selic passando de 6,5% para 4,5% ao ano, quase metade da dívida está sendo renegociada a 1% de taxa real.

Assim, a dívida bruta terminará o ano em 77,2% do PIB, e não nos mais de 80% do PIB esperados há poucos meses atrás. Isso significou antecipar em cerca de três anos a estabilização da dívida como proporção do PIB. Ao mudar a trajetória da dívida bruta nos próximos dez anos, a expectativa de Mansueto é recuperar o grau de investimento das agências de rating, perdido em 2015.

“O Brasil está se tornando uma economia normal. É um país novo que não conhecemos”, comemorou o secretário do Tesouro. Ele também chamou a atenção, porém, para a necessária perseverança. “Temos que ter persistência para continuar no caminho. O dever de casa não está feito. Reformar traz resultados e os resultados já estão aparecendo.”

Segundo Mansueto, o ajuste fiscal necessário para reduzir a dívida como proporção do PIB é hoje menor do que antes. “Um superávit primário abaixo de 2% do PIB coloca a dívida bruta em clara trajetória de queda”, disse ele. Antes a conta indicava algo entre 3% e 4 % do PIB de saldo primário.

Isso o deixa antever um “plano de voo bonito” e a possibilidade de se fazer o ajuste fiscal de forma distributiva, colocando o país na rota do crescimento sustentável.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Estados aceleram planos para licitação de estradas

Em Minas, investimentos previstos chegam a R\$ 7 bilhões em período de 25 a 30 anos

Por Paulo Vasconcellos — Para o Valor, de Porto Alegre

20/12/2019 05h17 · Atualizado há 5 horas



Minas Gerais lançou o mais ambicioso programa de concessões do país em um cenário restritivo de investimentos em rodovias. São seis novas estradas e a retomada de outra suspensa na fase de licitação. Juntas, elas somam 2.450 km. A modernização das rodovias vai beneficiar 115 municípios do Estado. Os investimentos previstos chegam a R\$ 7 bilhões nos 25 a 30 anos de concessão. A ideia é que os negócios sejam sustentáveis apenas pelas tarifas de pedágio, sem contrapartida pública. O retorno de outorga, previsto em R\$ 1 bilhão, será investido em estradas não concedidas.

O cronograma prevê que os dois primeiros lotes passem por consulta pública até meados do ano que vem. Um deles é o da retomada da licitação da MG-424 até Sete Lagoas, com 51 km de extensão. O outro é o lote do Triângulo Mineiro, incluindo as rodovias BR-452, BR-462, MG-190 e LMG-798, que ligam Araxá, Uberlândia e Uberaba, com mais de 488 km. Os editais deverão ser publicados no último trimestre de 2020 e a assinatura dos contratos está prevista para o começo de 2021. Os outros lotes viriam em seqüências semestrais. O programa moderniza 10% da malha rodoviária do Estado, a maior do país, com 25 mil km.



Os 15 mil km de estradas federais e estaduais avaliados na última pesquisa de rodovias da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) revelaram um quadro considerado frustrante pelas próprias autoridades mineiras. Só 5,4% estão em ótimas condições. As que estão em boa situação são 24%. Mais de 70% não passam de regulares ou são ruins e péssimas.

“Contratamos estudos de modelagens e contamos com suporte do BNDES e do BID porque queremos instituir em Minas Gerais o que há de mais moderno em padrões regulatórios para concessões”, diz Marco Aurélio Barcelos, secretário de Infraestrutura e Mobilidade do Estado.

“Nossa escolha segue a lógica da integração das rodovias estaduais com a malha de estradas federais”, afirma Bruno Vanuzzi, secretário extraordinário de parcerias do Rio Grande do Sul. Ao todo, o Estado tem mais de 17 mil km de rodovias - 5.771 federais e mais de 11 mil estaduais. Quase 20% são péssimas ou ruins e 39,5% regulares, de acordo com a CNT. Pouco mais de 40% são consideradas boas ou ótimas.

O programa RS Parcerias, lançado no começo do ano, vai tentar mudar o quadro. O objetivo é estimular o desenvolvimento do Estado e a melhoria dos serviços públicos por meio de investimentos privados. Duas rodovias já estão com editais em fase final de elaboração. São a ERS-324 - com 115,3 km - e a RSC-287 - com 204,51 km. O investimento privado é calculado em R\$ 3,3 bilhões nos 30 anos de concessões.

O modelo não prevê investimento público e o critério de escolha será o do menor valor de tarifa de pedágio. Nos próximos quatro anos deverão ser concedidos 1 mil km de estradas gaúchas. A expectativa é que as rodovias estaduais sejam compatíveis com as melhores do país e permitam um alívio orçamentário para investimento em outras vias menos sustentáveis.

O Piauí, segundo Estado nordestino com as rodovias em pior situação, de acordo com a pesquisa da CNT, se prepara para as primeiras concessões. Os estudos técnicos de modernização da PI-397 e da PI-262 já foram aprovados pelo conselho gestor do Estado. As próximas fases incluem consultas, públicas e de mercado, e início da licitação.

Ao todo serão 276,8 km de estradas. O investimento previsto é de R\$ 1,1 bilhão ao longo de 35 anos. O custo de operação foi calculado em R\$ 704 milhões. A arrecadação estimada para o Estado é de R\$ 2,1 bilhões em ICMS. A expectativa é que a melhoria das duas estradas permita um aumento de 40% da produção de soja, milho e algodão herbáceo. O Piauí tem mais de 10 mil km de rodovias, mas nenhuma sob concessão.

Governo de São Paulo suspende PPP com EMS em fábrica de genérico

Gestão Doria avaliou que unidade de Américo Brasiliense causa um prejuízo de R\$ 90 milhões por ano

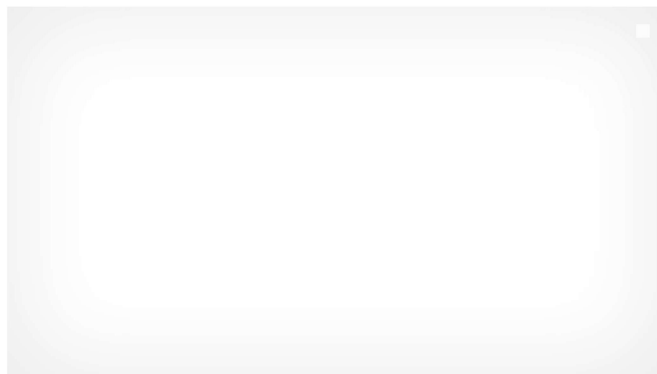
Por Ana Paula Machado — De São Paulo

20/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo do Estado de São Paulo decidiu suspender por 90 dias a Parceria Público-Privada (PPP) entre a Fundação para o Remédio Popular (Furp) e a Concessionária Paulista de Medicamentos (CPM), controlada da farmacêutica EMS. A suspensão do contrato, previsto para terminar em 2028, terá início em janeiro.

A PPP, firmada em 2013, durante o governo de Geraldo Alckmin (PSDB), para a produção de medicamentos na fábrica da Furp em Américo Brasiliense, no interior de SP, previa um portfólio de 96 medicamentos genéricos. Hoje, a fábrica produz 19 remédios e o governo gasta R\$ 90 milhões por ano.

PUBLICIDADE



InRead invented by Teads

A suspensão da PPP está amparada, de acordo com o superintendente da Furp, Afonso Celso, em um estudo encomendado à Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras), vinculada à USP, que mostrou que o Estado tem um prejuízo anual de cerca de R\$ 50 milhões na compra dos medicamentos.

“Os remédios adquiridos pela PPP custam, em média, cerca de três vezes mais do que se fossem adquiridos de outros fornecedores, por licitação. Não vem funcionando bem, nasceu desequilibrada”, afirmou Celso.

O superintendente disse que quando foi assinada a compra dos medicamentos foi definido que se seguiria dois critérios: o preço pago seria regulado pela Câmara de Regulação de Mercado de Medicamento (CMED) e teria uma lista de produto já definida. “Os reajustes de medicamentos, de 2017 para cá, foram todos pagos. Dos 96 produtos previstos, 50% deles a Secretaria Estadual de Saúde já não usa mais. E no contrato se previa ajuste de portfólio de cerca de 10%. É um acordo muito engessado”, disse Celso. O governo, no entanto, tem dívida de cerca de R\$ 108 milhões com a EMS porque de 2015 a 2016 não pagou o preço tabelado e sim os valores acordados em licitação.

Quando foi assinada a PPP, a EMS tinha o compromisso de investir R\$ 130 milhões na fábrica em cinco anos para aumentar a capacidade de produção de 1,26 bilhão de comprimidos. Celso afirmou que, neste período, a empresa aplicou R\$ 6 milhões na unidade.

Segundo o laboratório privado, estão sendo atendidas todas as determinações do contrato em relação à adequação da infraestrutura da fábrica, “realizando os aportes nos prazos e condições acordados”. A EMS disse, no início da noite de ontem, que ainda não havia sido notificada oficialmente pelo governo.

“Essa fábrica produz 304 milhões de remédios e emprega 125 funcionários. Com a suspensão, a empresa será responsável pela manutenção e pelos empregados”, disse Celso. Segundo ele, o governo tentará chegar a um acordo com a EMS durante os 90 dias de suspensão. Caso não consiga, poderá encerrar o contrato por meio de um projeto de lei que deverá ser aprovado pelo Legislativo.

Juro menor reduz custo da dívida em R\$ 69 bi neste ano

Tesouro projeta economia de R\$ 120 bilhões em 2020

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília
20/12/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



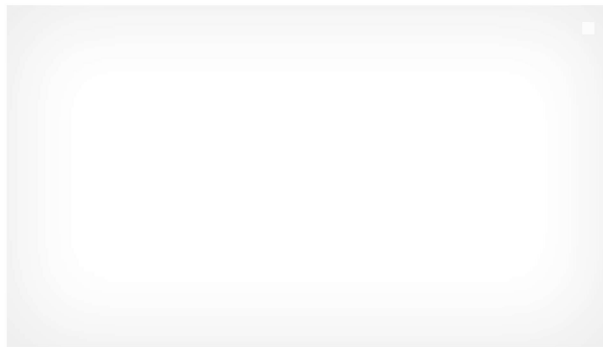


Mansueto: "Qualquer risco de flexibilidade no ajuste fiscal pode reverter a melhora" — Foto: Divulgação

Com a rápida e forte queda dos juros, o custo da dívida pública federal será R\$ 69 bilhões menor neste ano do que em 2018 e R\$ 120 bilhões menor em 2020, na mesma comparação, informou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, em conversa com o **Valor**. Assim, a projeção oficial é que o Tesouro economizará R\$ 189 bilhões com o pagamento de juros da dívida federal em dois anos - algo como 2,6% do PIB.

Segundo o secretário, o Tesouro está colocando títulos no mercado com taxa de juro real de 1% ao ano. "Chegamos a um patamar de juros que ninguém esperava no começo deste ano", observou. Como metade da dívida pública brasileira em títulos, incluindo as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, gira em torno de 12 meses, o efeito da queda dos juros sobre o custo do endividamento é muito rápido.

PUBLICIDADE



InRead invented by Teads

"Em um momento de melhora dos indicadores fiscais e, em especial, uma queda tão forte e rápida da taxa de juros, a dívida com um prazo médio muito curto, o que é uma fragilidade da dívida pública brasileira, acaba jogando a nosso favor", explicou.

Mansueto fez, no entanto, um alerta. Ele diz que é muito importante continuar no caminho do ajuste fiscal e cumprir o teto dos gastos. "Qualquer risco de flexibilidade no ajuste fiscal pode reverter, rapidamente, essa trajetória de melhora", disse.

As autoridades do Ministério da Economia estão preocupadas com a possibilidade de intensificação das pressões, dentro e fora do governo, para flexibilizar o ajuste em virtude da significativa melhora do cenário fiscal neste ano. Elas advertem que o quadro ainda é de grande dificuldade, pois, embora a melhora tenha realmente acontecido, as contas da União ainda estão no vermelho, ou seja, ainda registram déficit primário (despesas maiores que as receitas, excluindo gastos com juros).

Este é o sexto ano em que as contas da União operam com déficit primário. Embora as projeções do Tesouro indiquem que a dívida bruta do governo ficará estabilizada na comparação com o Produto Interno Bruto (PIB) entre 2020 e 2022, mesmo com os déficits primários projetados para o período, o endividamento só cairá, em proporção do PIB, se o setor público brasileiro registrar superávit primário a partir de 2023. Em seu cenário de referência, o Tesouro trabalha com um superávit primário do setor público consolidado (União, Estados, municípios e estaduais) de 0,23% do PIB em 2023, que seria o primeiro desde 2013.

Para calcular a queda do custo da dívida, o Tesouro utilizou a taxa de juros média de emissão de seus papéis em 2018. Em seguida, calculou o custo da dívida se essa taxa média tivesse se mantido em 2019 e repetisse a mesma dose em 2020. Depois, comparou com o custo com as taxas médias realizada neste ano e projetada para 2020 para toda a dívida pública federal, incluindo as operações compromissadas. Essas operações são feitas pelo Banco Central com títulos públicos para regular a liquidez do mercado.

Os juros foram calculados pelo critério de competência, ou seja, a despesa foi registrada no momento da operação que gerou o encargo. Ao contrário do critério de caixa, que considera o momento em que os juros são pagos. Além disso, o Tesouro considerou os juros brutos, ou seja, não levou em conta o que recebeu como credor.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Eleita a melhor TV do mercado
LG

LINK PATROCINADO

Prefeitura do Rio revoga suspensão de pagamentos

Município terá dificuldade em equacionar suas contas

Por Rodrigo Carro e Gabriel Vasconcelos — Do Rio

20/12/2019 05h16 · Atualizado há 5 horas

Apesar de ter revogado ontem a suspensão de pagamentos que vigorava desde o início da semana, a prefeitura do Rio de Janeiro terá dificuldade para equacionar sua situação financeira, já que precisará honrar a curto prazo compromissos financeiros que somam mais de R\$ 1,6 bilhão. O diagnóstico desfavorável foi repetido por vereadores que estiveram reunidos na tarde de ontem com o secretário de Fazenda, Cesar Augusto Barbiero, na Câmara Municipal. O secretário deixou o local sem falar com a imprensa.

Em nota divulgada ontem, antes da reunião, a secretaria confirmou que o Tesouro municipal havia retomado seus pagamentos, antes mesmo da publicação oficial da reabertura, de forma a “não atrasar o andamento do calendário”. A resolução deve sair na edição de hoje do “Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro”. A suspensão tinha como objetivo - segundo Barbiero - permitir a “arrumação” do caixa da prefeitura, devido aos arrestos de recursos municipais determinados pela Justiça.

PUBLICIDADE



InReed invented by Teads

O secretário informou ontem aos vereadores que a disponibilidade de recursos atual da prefeitura é de R\$ 683 milhões, mas que até 8 de janeiro do próximo ano este montante aumentaria para R\$ 1,3 bilhão, contou o vereador Willian Coelho (MDB). A vereadora emedebista Rosa Fernandes classificou a proposta de “frágil”, por estar - segundo ela - baseada em receitas que podem não se confirmar.

“Não está na conta [da prefeitura] o R\$ 1,3 bilhão que seria necessário para pagar tudo até janeiro. Existe uma lista de pelo menos dez ações [para obter os recursos]. Dois terços do dinheiro [a ser gerado por] essas dez ações nem sequer estão em conta corrente”, afirmou o vereador Paulo Messina (PSD), ex-chefe da Casa Civil do prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) e atualmente na oposição.

A prefeitura tem em caixa R\$ 22 milhões que podem empregados livremente pelo Executivo, os chamados recursos de Fonte 100. Somando as verbas que podem ser desvinculadas, esse total sobe para R\$ 389 milhões, pelos cálculos de Messina. “O que está além desses R\$ 400 milhões, ou seja, R\$ 900 milhões, ainda está para entrar até janeiro”, argumentou o vereador.

A proposta da prefeitura considera, por exemplo, uma expectativa de arrecadação de R\$ 400 milhões do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) no início do próximo ano.

De acordo com o relato de outros interlocutores presentes ao encontro, Barbiero informou que a prefeitura quitaria ontem o duodécimo (renasse devido e obrigatório aos poderes Legislativo e Judiciário) da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O duodécimo

Por essa programação, o salário de dezembro do funcionalismo será pago até o quinto dia útil de janeiro. O secretário não esclareceu quando será quitada a segunda parcela do 13º salário, ainda em aberto. A divulgação da data cabe ao prefeito Marcelo Crivella, justificou ele. Segundo Paulo Messina, Barbiero teria dito que a parcela será paga ainda este ano.

Somados, os gastos com o pagamento do 13º salário (cerca de R\$ 400 milhões), os duodécimos da Câmara (R\$ 50 milhões) e do TCM (R\$ 20 milhões), a folha de pagamento de dezembro (R\$ 800 milhões) e as férias dos profissionais da educação municipal (R\$ 400 milhões) totalizam R\$ 1,67 bilhão.

Além disso, a prefeitura teria ainda cerca de R\$ 260 milhões em dívidas com fornecedores que não seriam cobertas pelo plano financeiro traçado pela Fazenda municipal para reequilibrar o caixa da cidade.

O Ministério da Saúde confirmou ontem que adiantará R\$ 76 milhões à prefeitura do Rio a fim de atenuar a crise no sistema de saúde da cidade. O repasse é a segunda parcela da ajuda emergencial de R\$ 152 milhões anunciada na semana passada pelo governo federal.

A decisão de adiantar o pagamento foi tomada ontem, após reunião do ministro da Saúde, Henrique Mandetta, com secretários municipal e estadual de Saúde e parlamentares da bancada do Rio no Congresso. Segundo o ministério, o valor deverá entrar nos cofres do município até 28 de dezembro para ser aplicado livremente pelo Poder local. Teria havido, no entanto, um pedido de Mandetta para que o montante não sirva ao pagamento de funcionários e seja aplicado na compra de insumos, como material e medicamentos, que garantam o atendimento à população.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Eleita a melhor TV do mercado
LG

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Somos solidários. Somos voluntários.
GOVERNO DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Médico brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

A casa de The Rock é diferente do que você estava esperando
FINANCE BLVD

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

9 em cada 10 clientes acham fintechs iguais ou melhores que os bancos

VALOR INVESTE

Acordo entre EUA e China não afetará relação do país asiático com o Brasil, diz cõsul-geral chinês no Rio

VALOR INVESTE

Bolsas da Europa fecham em alta com otimismo comercial e vitória do Partido Conservador no Reino Unido

RJ vai iniciar 2020 com restos a pagar de R\$ 20,3 bi

Valor representa aumento de R\$ 1,75 bilhão em relação à gestão anterior

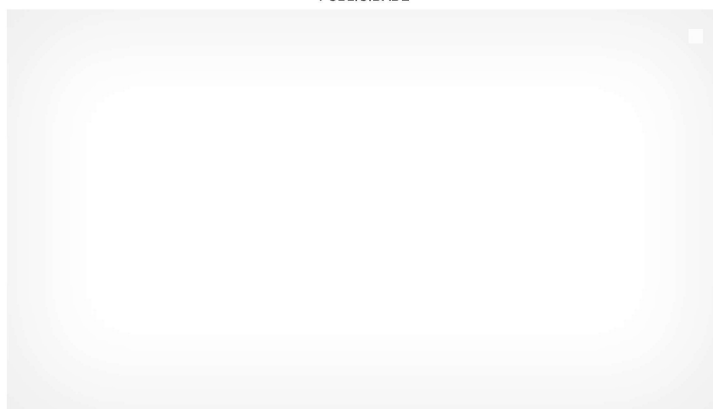
Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

20/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo fluminense deverá começar 2020 com um total de restos a pagar (despesas assumidas mas não quitadas até 31 de dezembro) de R\$ 20,35 bilhões, segundo indicam projeções da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro. O valor previsto representa um acréscimo de R\$ 1,75 bilhão em relação ao patamar herdado da administração de Luiz Fernando Pezão ao fim de 2018 (R\$ 18,6 bilhões).

De acordo com a Fazenda estadual, R\$ 3,8 bilhões em restos a pagar haviam sido quitados até o fim de outubro deste ano, o que fez o estoque cair para R\$ 14,75 bilhões.

PUBLICIDADE



InRead invented by Teads

Apesar da queda, a projeção de R\$ 20,35 bilhões em restos a pagar para o início de 2020 se justifica porque o Estado terá de “carregar” para o próximo ano despesas com a folha de pagamento e fornecedores, além de gastos obrigatórios com saúde e educação.

Efetivado em janeiro, o pagamento do salário de dezembro do funcionalismo estadual impacta o volume de restos a pagar, gerando um crescimento do saldo na virada do ano.

A folha de pagamento do Executivo é estimada em R\$ 2,4 bilhões. As despesas com fornecedores devem contribuir com R\$ 700 milhões para o estoque de restos a pagar. E as vinculações constitucionais e legais, com outros R\$ 2,5 bilhões.

Na tentativa de ampliar sua arrecadação, a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio anunciou ontem lançamento do Facilitador Fiscal de Varejo, ferramenta digital que pretende inibir a sonegação de impostos por meio do monitoramento de transações e vendas feitas com o uso de cartão de crédito ou de débito. Trata-se de um projeto-piloto com adesão voluntária de varejistas.

O projeto prevê a instalação de um programa que vai trabalhar em conjunto com os sistemas de registro de compras dos estabelecimentos. Além de monitorar as transações, o software vai verificar se o número da máquina do cartão está registrado no CNPJ da empresa.

A Secretaria de Fazenda do Estado estima que a sonegação de impostos no varejo fluminense resulte em perdas de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 3 bilhões por ano.

Titular da Fazenda fluminense, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho explicou durante a cerimônia de lançamento que o Facilitador Fiscal de Varejo é parte de um projeto maior de criação de uma plataforma de serviços digitais da secretaria lançado no começo de novembro, o Rio Smart Hub.

Está em estudo pela Fazenda fluminense a possibilidade de redução das alíquotas de ICMS incidentes sobre combustíveis, eletricidade e serviços de comunicações a partir de 2021. A diminuição da carga tributária depende, porém, de uma ampliação da receita que possa compensar a perda de arrecadação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Eleita a melhor TV do mercado

LG

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Somos solidários. Somos voluntários.

GOVERNO DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Médico brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

A casa de The Rock é diferente do que você estava esperando

FINANCE BLVD

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.

ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Nova CPMF é necessária para aprovar IVA, segundo presidente da CBIC

VALOR INVESTE

Trump: Tarifas de 25% sobre importações chinesas continuarão

VALOR INVESTE

China aceitaria comprar até US\$ 40 bi em produtos agrícolas dos EUA, mas Trump exige US\$ 50 bi, diz CNBC

VALOR INVESTE

Itaú BBA reduz preço-alvo de CVC a R\$ 48 e mantém recomendação em neutro

VALOR INVESTE

Trump assina primeira fase de acordo comercial com a China, dizem agências

Governadores do Nordeste calculam perdas após fracasso de megaleilão

Suzano vai investir quase R\$ 1 bi no ES

Empresa vai monetizar créditos acumulados de ICMS para fazer frente a três projetos no Estado

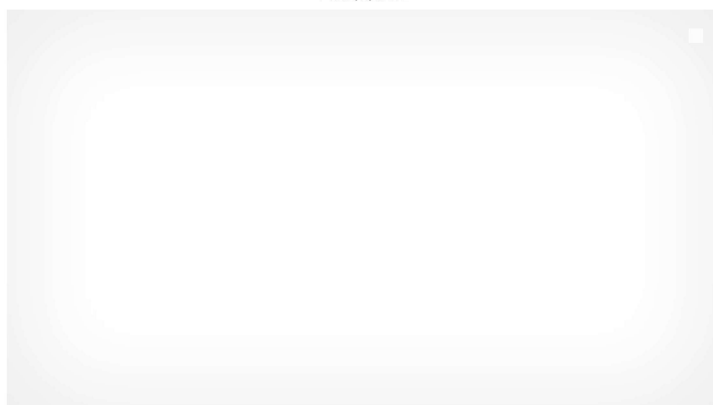
Por **Stella Fontes** — De São Paulo

20/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

Quase um ano depois de consumir a fusão com a Fibria, a Suzano voltou à carga com projetos de crescimento. Mas para não sobrecarregar seu balanço, que ainda digere a compra da concorrente e o cenário mais ácido para os negócios de celulose, encontrou meios que não comprometem a política de endividamento e não a impediram de enxugar o dispêndio previsto para 2020. Com a monetização de créditos de ICMS, vai investir quase R\$ 1 bilhão no Espírito Santo. Com desembolsos diluídos desde 2018, comprou terras e um projeto de fábrica de celulose em Ribas do Rio Pardo (MS).

Ontem, a companhia dos Feffer anunciou que investirá R\$ 933,4 milhões em uma linha de conversão de papel higiênico e de papel toalha em Cachoeiro de Itapemirim (ES), na modernização da unidade de celulose de Aracruz e no desenvolvimento de base florestal na região. Os investimentos serão financiados pela venda de créditos de ICMS detidos pela companhia, na proporção de um para um, que totalizam R\$ 1,1 bilhão no Estado.

PUBLICIDADE



InRead invented by Teads

De acordo com o diretor de Relações e Gestão Legal, Pablo Machado, a estrutura da operação foi concebida pelo governo do Espírito Santo. A monetização de 60% do total se dará via débito corrente, ou seja, o comprador poderá usar o montante para pagamento de ICMS corrente. Outros 20% podem ser transferidos a devedores com dívida ativa inscrita e os demais 20%, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos no Estado.

Com isso, esse investimento não altera a previsão da companhia de desembolsos de R\$ 4,4 bilhões em 2020. Conforme Machado, em outros Estados, os créditos de ICMS acumulados pela Suzano “são de magnitude bastante inferior”. “E a situação é de créditos decrescentes, diferente do Espírito Santo”.

No Estado, a companhia vai investir R\$ 130 milhões na unidade de conversão de papel higiênico e papel toalha, com capacidade para 30 mil toneladas por ano. Outros R\$ 272,4 milhões serão destinados à substituição de partes da caldeira de recuperação e instalação de um sistema de cristalização na unidade Aracruz. O maior volume de investimentos, R\$ 531 milhões, será aplicado na compra de terras, arrendamentos e plantio de florestas nos 24 meses posteriores à obtenção das licenças.

Com a reforma e modernização (retrofit) em Aracruz e a ampliação da base florestal no Espírito Santo, o custo caixa de produção de celulose da Suzano naquela unidade mostrará “redução importante” ao longo dos anos, segundo Machado. “A Suzano está muito animada com o resgate da competitividade de suas operações na unidade”. afirmou.

Em relação ao plantio, a estratégia é levar a base florestal para perto das linhas de produção, reduzindo o raio médio (distância entre fábrica e floresta), com reflexos no custo de produção. Ao mesmo tempo, com a modernização de equipamentos, a unidade vai ampliar a capacidade de geração de energia e de excedente vendido no sistema, o que também contribuirá para redução do custo caixa. Os investimentos não terão impacto na capacidade instalada da unidade, de 2,3 milhões de toneladas por ano. “Há muitos anos não é feito um investimento dessa magnitude na fábrica”, acrescentou.

A unidade de conversão de tissue, por sua vez, vai fornecer papel higiênico e papel toalha para o mercado capixaba e também para Rio de Janeiro e Minas Gerais, ampliando a presença da companhia na região Sudeste, de acordo com o diretor de bens de consumo, Luís Renato Bueno. Com partida prevista para o último trimestre de 2020, a fábrica terá capacidade de 30 mil toneladas por ano, elevando assim a 130 mil toneladas a capacidade total de conversão da companhia.

Hoje, a Suzano pode produzir anualmente 140 mil toneladas de bobinas de papel para fins sanitários, para conversão em papel higiênico e papel toalha. Conforme Bueno, a Suzano já é líder de mercado no Espírito Santo com a marca Mimmo, embora os Estados do Norte e Nordeste continuem no foco da estratégia dessa unidade de negócio.

Na semana passada, a Suzano já havia anunciado a compra de cerca de 100 mil hectares de terras em Mato Grosso do Sul e a licença para instalação de uma nova fábrica de celulose, com vistas à instalação de uma futura unidade fabril em Ribas do Rio Pardo. Ainda não há prazo para execução do projeto, nem prazo definido. “A prioridade agora é a desalavancagem e o cumprimento da política de endividamento. Ainda não há deliberação pelo conselho de administração sobre a nova fábrica em Mato Grosso do Sul”, disse Machado.

No fim de setembro, a alavancagem financeira estava em 4,3 vezes (dívida líquida e Ebitda em dólar) e a companhia anunciou um pacote de medidas para levar esse índice para 3 vezes ou menos em algum momento de 2021.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Eleita a melhor TV do mercado

LG

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Somos solidários. Somos voluntários.

GOVERNO DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador

COOLAIR

LINK PATROCINADO

A casa de The Rock é diferente do que você estava esperando

FINANCE BLVD

LINK PATROCINADO

O preço do aparelho auditivo pode surpreendê-lo

APARELHO AUDITIVO | LINKS PATROCINADOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Banco do Brasil faz acordo de 3 meses com Correios para correspondente bancário

VALOR INVESTE

Preço de venda e locação de imóveis comerciais segue tendência de queda em novembro